

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-532-7

DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “**A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusoé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 13/08/2020

Ozair Dias da Costa

UNIFIMES

Irondina de Fátima Silva

UNIFIMES

<http://lattes.cnpq.br/9146132044269502>

RESUMO: Este artigo intenciona contribuir com o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual (PcD visual) no ensino superior, contextualizado no relacionamento com o corpo docente e com o próprio conhecimento. Traz ainda uma reflexão a partir do relato da experiência de uma aluna que enfrentou tal situação ao longo de sua vida e de sua trajetória escolar, e mesmo diante de todas as limitações ingressou no ensino superior. Sabe-se que a história de pessoas com deficiência no mundo e no Brasil é bastante controversa e coberta de preconceitos sociais. A ideia deste trabalho foi refletir sobre o ponto de vista do relato de uma aluna que viveu esse dilema, mesmo após o estabelecimento de políticas públicas de inclusão desses alunos no ensino regular. Observa-se que o problema da inclusão está atrelado ao sistema capitalista de extrema exclusão social, refletindo desde a educação básica até o ensino superior. Utilizou-se no trabalho como metodologia um estudo bibliográfico e o relato de experiência da aluna que terá sua identidade preservada assim como a instituição. Inicialmente decidiu-se qual

seria o tema, o roteiro e a seleção do referencial bibliográfico. Em seguida, durante três meses, o texto foi sendo construído, focalizando-se, num primeiro momento, a deficiência e a sua inclusão na educação brasileira, desde os primórdios até os dias atuais. Na sequência, fez-se uma breve abordagem da deficiência visual, com destaque para a “miopia progressiva”, objeto de estudo deste trabalho, uma vez que se trata da situação da própria aluna. Essa doença aparece e vai progredindo, sem cura para a mesma. A pessoa vai perdendo a visão gradativamente até não conseguir mais enxergar. O estudo tem como premissa suscitar reflexões nas pessoas com deficiência e nas instituições que precisam repensar as condições de atendimento e aprendizagem desses alunos no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino Superior. Inclusão. Pessoa com Deficiência Visual (PcD Visual).

THE “INCLUSION” OF PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article intends to contribute to the debate on the inclusion of people with visual impairment (visual PwD) in higher education, contextualized in the relationship with the faculty and with their own knowledge. It also brings a reflection from the account of the experience of a student who faced such a situation throughout her life and her school trajectory, and even in the face of all limitations she entered higher education. It is known that the history of people with disabilities in the world and in Brazil is quite controversial and covered with social prejudices.

The idea of this work was to reflect on the point of view of the report of a student who lived this dilemma, even after the establishment of public policies for the inclusion of these students in regular education. It is observed that the problem of inclusion is linked to the capitalist system of extreme social exclusion, reflecting from basic education to higher education. In the work, a bibliographic study and the experience report of the student who will have her identity preserved, as well as the institution, was used as methodology. Initially it was decided what the theme, the script and the selection of the bibliographic reference would be. Then, for three months, the text was being built, focusing, at first, on disability and its inclusion in Brazilian education, from the beginning to the present day. Then, a brief approach to visual impairment was made, with emphasis on “progressive myopia”, the object of study of this work, since it is the student’s own situation. This disease appears and progresses, with no cure for it. The person gradually loses his vision until he can no longer see. The study’s premise is to raise reflections in people with disabilities and in institutions that need to rethink the conditions of care and learning of these students in Higher Education.

KEYWORDS: Education. Higher education. Inclusion. Disable person.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo realizado está inserido no currículo do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES denominado como trabalho final de curso, uma das condições essenciais para a sua conclusão. Baseia-se nos aspectos metodológicos de relato de experiência de uma aluna do curso de Pedagogia com “Miopia Progressiva”, e consistiu num estudo bibliográfico. A doença foi descoberta na fase inicial por intermédio da professora, que ao perceber a dificuldade que a aluna tinha de enxergar o que escrevia no quadro, colocou a aluna na frente próxima do quadro, mesmo assim a sua dificuldade continuava.

De família humilde, trabalhadora e com vários outros filhos para cuidar, procurou tratamento médico, o que passou a ser sua rotina. Começou a usar óculos com grau elevado e a lente tinha o aspecto de fundo de garrafa. A partir de então a aluna sofreu Bullying sendo chamada pelos colegas de “quatro olho fundo de garrafa”.

A sua maior dificuldade era a leitura de livros, mas mesmo assim venceu o ensino primário foi aprovada no exame de admissão, concluiu com êxito o ensino ginásial e fez o curso técnico em agricultura. Em razão do trabalho que exercia, teve que se afastar do mesmo em decorrência da baixa visão. Ela recebeu dos médicos o diagnóstico de que sua deficiência era irreversível.

Mesmo diante de vários obstáculos, sua trajetória de vida foi se aperfeiçoando e ela desempenhou trabalho voluntário em uma escola para alunos com diversos tipos de necessidades específicas, tendo este fato despertado nela o interesse pelo Ensino Superior; e assim ingressou no Curso de Pedagogia.

Espera-se que este trabalho sirva de exemplo para outras pessoas com deficiência visual não desistirem de seus sonhos, acreditarem em seus direitos e lutarem em defesa dos mesmos, algo plenamente possível a partir dos seus próprios esforços. Espera-se também que a sociedade e as instituições repensem seus princípios acerca das pessoas com deficiência, e os tratem como seres humanos capazes, mas dentro das suas limitações e especificidades, conforme prevê legislação.

2 I APORTE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

As iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, para Mazzota (2011) teve início no século XIX com a organização de serviços para atendimento a pessoas com deficiências visual, auditiva, mental e física. Enquanto que Jannuzzi (2012), afirma que essas iniciativas já estavam presentes no final do século XVIII, uma vez que já havia grupos de discussões sobre a educação das crianças com deficiências nos movimentos liberais. Por mais de um século, essas iniciativas foram concretizadas e institucionalizadas através de órgãos oficiais e entidades particulares isoladas. Porém, “A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira, vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX.” (MAZZOTA, 2011, p. 27).

A Educação Específica no Brasil, na opinião do autor, foi marcada por dois períodos distintos, o primeiro compreendido entre 1854 a 1956, caracterizado por iniciativas oficiais e particulares isoladas da educação de pessoas com deficiência; o segundo aconteceu entre o período de 1957 a 1993, momento em que houve várias iniciativas oficiais de âmbito nacional. O grande marco da Educação Específica no Brasil e que não está registrada na parte histórica dos estudos de Mazzota (2011) acontece a partir da aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, aprovada em 1996, depois que aconteceu a Conferência Internacional de Educação para todos, em Jomtien, na Tailândia, exigindo dos países a definição de diretrizes para a educação especial.

Mazzota (2011) destaca que em 1872 houve um aumento significativo nas estatísticas da população brasileira de pessoas com deficiência visual e auditiva e, em contrapartida, relata que, desse universo crescente de pessoas com deficiência, o número de pessoas atendidas nos estabelecimentos especializados existentes é insignificante e inexpressivo. Fato que justificou a aceleração da necessidade de uma discursão acerca da educação das pessoas com deficiência, o que culminou no primeiro Congresso de Instrução Pública convocado pelo Imperador em 1882 que aconteceu no ano seguinte 1883. Durante o Congresso foram discutidas sugestões

de currículos e formação de professores para pessoas com deficiências visual e auditiva.

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências (MAZZOTTA, 2011, p. 31).

Vale ressaltar que esses estabelecimentos foram instalados nas grandes cidades e estados, em contrapartida as pessoas com deficiência de cidades menores eram totalmente desassistidas, realidade que ainda está presente no nosso meio, onde muitas cidades brasileiras não contam com escolas e estrutura para atender as pessoas com deficiência. Naquela época, as escolas foram instaladas nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná e São Paulo; e atendiam a diferentes tipos de deficiências.

Entre várias ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico às pessoas com deficiência, Mazzota (2011) destaca assistência mais médica que pedagógica às pessoas com deficiência mental no hospital Estadual de Salvador no ano de 1874, hoje denominado Hospital Juliano Moreira.

Dentre as várias iniciativas de atendimento à PcD visual, de 1854 aos dias atuais, o Instituto Benjamin Constant editou a primeira revista em braile no Brasil em 1942, no ano seguinte instalou uma imprensa braile e seis anos mais tarde passou a distribuir livros em braile, sem custos, às pessoas com deficiência visual, pela Portaria Ministerial n. 504, de 17 de setembro de 1.949.

No Alto do Ipiranga, criado em 1928, está o Instituto de Cegos Padre Chico, que atende crianças com deficiência visual, funcionando em variados regimes como internato, semi-internato e externato; e além da escola de ensino fundamental oferece outros cursos. O Governo do Estado de São Paulo mantém os professores, e a direção fica a cargo das religiosas Filhas da Caridade de São Vicente de Paula.

A Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill para Cegos, inaugurada em 1946, tinha como objetivo inicial produzir e distribuir livros impressos em sistema braile. Com o tempo passou a atuar no campo da educação e integração de PcD visual, servindo-se de recursos oriundos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

No segundo período de 1957 a 1993 destaca-se a primeira iniciativa do Governo Federal, que assumiu e criou campanhas para atender as pessoas com deficiência pelo Decreto Federal nº 42.728 de 03 de dezembro de 1957, entre elas, a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), a Campanha Nacional de

Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) e,

Em 1958, “por inspiração e ideia de José Espínola Veiga”, pelo Decreto n. 44236, de 1º de agosto, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação da Visão, vinculada à direção do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Sua organização e execução foram regulamentadas pela Portaria n. 477, de 17 de setembro de 1958 (MAZZOTTA, 2011, pg. 53).

Após um ano e meio esta campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC), perdendo vínculo com o Instituto Benjamin Constant e ligando-se diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura. A criação da mesma proporcionou a instrução de professores e a produção de livros e equipamentos óticos.

Segundo o autor, em 1972 foi criado pelo Ministério da Educação um grupo tarefa responsável por estabelecer políticas de atendimento às PcD no Brasil, sendo criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo Decreto 72.425 do Presidente Emílio Garrastazu Médici em 3 de julho de 1973, com o objetivo de melhoria e aumento do atendimento às pessoas com deficiência, acabando então com a campanha para “deficientes visuais” e “deficientes mentais”.

De acordo com Mazzotta (2011), em 1986 a CENESP foi transformada em Secretaria de Educação Especial (SESPE), e incorporada ao Ministério da Educação, mantendo as mesmas atribuições. Em 1990 foi extinta a SESPE e as atribuições à educação especial passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). O Decreto 99.678 instituído pelo Presidente Fernando Collor de Mello em 1990 incluiu como órgão da SENEB o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE). Com a queda do presidente Collor houve uma reestruturação dos Ministérios voltando a Secretaria de Educação Especial (SEESP).

No relato dessa trajetória da Educação Especial, Mazzotta (2011) também destaca a importância de ações individuais ou coletivas na construção da educação específica no Brasil, valendo ressaltar a que contexto histórico isso se encaixa, no que tange a época de governos populistas e o período ditatorial em que a busca por direitos era algo comum a todos os brasileiros e a característica desses governos era não confrontar os manifestos populares.

3 I APARATO LEGAL: GARANTIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 E LDB 9394/96

A garantia de atendimento educacional especializado às PcD, de preferência na rede regular de ensino, está assegurada pela Constituição Federal Brasileira no inciso III do artigo 208.

A partir de 1988 a Constituição brasileira assegura tratamento igual para

todos os cidadãos brasileiros sem distinção. A educação a partir da Constituição passou a ser um direito inalienável de todas as crianças, jovens e adultos, e esse direito e oferta deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino com direito a atendimento especializado. Com isso o aluno com deficiência tem direito a lutar pelos seus direitos à educação como qualquer outro cidadão, algo que antes não acontecia.

Além da inclusão das garantias constitucionais, as pessoas com deficiência conseguiram incluir seus direitos à Educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no artigo 58, que traz um entendimento da legislação no que tange a Educação Específica: “para os efeitos desta Lei é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (CARNEIRO, LDB, FACIL, 2015, p. 608).

Antes dessas garantias na legislação brasileira, percebe-se que o atendimento às pessoas com deficiência era feito conforme a vontade de alguns; e por parte do governo cada um tratava conforme suas conveniências. A garantia em lei mexeu com toda a população, com a sociedade brasileira, com a estrutura física das cidades, com as empresas, com as escolas, com o transporte público etc. Agora essas pessoas, antes excluídas, fazem parte da sociedade e têm direitos iguais garantidos. Sabe-se que ainda há muito a conquistar, porém agora os deficientes podem cobrar os seus direitos na justiça, caso estes lhes sejam negados.

Os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 58 da LDB 9394/96, determinam e orientam a forma e os critérios que as instituições regulares de ensino devem obedecer para ofertar a educação especial:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para entender as peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (CARNEIRO, LDB, FACIL, 2015, p. 608).

Acredita-se ser pertinente lembrar, que as políticas de oferta da Educação específica era inexpressiva, antes da Constituição brasileira de 1988, porém, agora está garantido em lei, que define também a forma de sua oferta na rede regular com atendimento especializado, quando necessário; e ainda cria leis que orientam as

pessoas com deficiência a buscarem seus direitos, que se iniciam com o nascimento da criança.

Observando a trajetória da educação e do atendimento à PcD no Brasil, é oportuno reconhecer que a Constituição Federal de 1988 e a LDB, 9394/96 trouxeram avanços significativos em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Sabe-se que muita coisa ainda não saiu do papel, mas também não se pode negar que agora essas pessoas estão sendo aos poucos incluídas no processo educacional. As mudanças vão acontecendo para melhor à medida que as pessoas vão tomando consciência dos seus direitos e lutando por eles. Essa é uma tarefa de toda sociedade e cabe a ela continuar lutando e contribuindo para que um dia todos possam ser incluídos na sociedade com menos discriminação e maior igualdade e justiça social.

Na sociedade as pessoas são diferentes umas das outras, e entre elas estão as que se apresentam com algum tipo de deficiência ou transtorno. Vale lembrar que todas elas têm direitos iguais perante a lei. O grande desafio agora é conquistar essas garantias de forma efetiva, e essa é uma responsabilidade de toda a sociedade.

A seguir, far-se-á um breve estudo sobre a deficiência, bem como deficiência visual, com ênfase na miopia progressiva, que é objeto deste estudo.

4 I DEFICIÊNCIA, DEFICIÊNCIA VISUAL E MIOPIA PROGRESSIVA

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 3º inciso I, considera “deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano [...]” Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra em uma das deficiências prevista na referida lei.

Já a “Deficiência visual - cegueira, definida pela lei como sendo aquela, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;” (BRASIL, Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

A deficiência visual pode ocorrer de diferentes maneiras, pode ser congênita ou adquirida. “A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SÁ, CAMPOS e SILVA, p.15).

A cegueira é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual. Isto, obviamente, tem consequências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino que transmitam, por vias alternativas, a informação que não pode ser obtida através dos olhos. (Ochaita e Rosa, Cap. 12, p. 183).

De acordo com Jorge (2006, p. 33), “Miopia é uma anomalia refractiva em que o ponto conjugado da retina se encontra num ponto à frente do olho, quando a acomodação está em repouso.” Nesse ponto, os raios incidentes de um objeto que está longe atravessam o globo ocular e foca num ponto à frente da retina, o olho míope verá uma imagem destorcida.

Para Neves (2012), a miopia é a ametropia caracterizada por uma condição refrativa de forma que, com a acomodação, os raios paralelos incidentes de um objeto a longa distância se focam num ponto à frente da retina, formando uma imagem desfocada. O míope ao tentar ver ao longe, fecha um pouco o olho ou franze a testa, pisca com mais frequência, de perto consegue ver bem.

Jorge (2006) salienta o grande problema da miopia para a sociedade uma vez que ela contribui para o surgimento de outros problemas como o deslocamento e rupturas da retina.

Segundo Neves (2012), estudos mostram que a miopia está relacionada com fatores genéticos ou ambientais, porém, pode-se pensar na combinação de vários fatores, como fatores físicos com os genéticos. Quase não ocorre quando a criança nasce, geralmente aparece na fase escolar e continua evoluindo até os 25 anos de idade. Esse tipo de miopia é miopia simples ou estacionária, porque ela pode se desenvolver até um determinado valor e se estabilizar. Outro tipo de miopia, ao invés de se estabilizar, continua aumentando ao longo da vida, vindo a ocorrer mudanças oculares e ocasionando alterações patológicas. A esse tipo de miopia dá-se o nome de miopia progressiva ou patológica.

5 | OS DESAFIOS DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL - MIOPIA PROGRESSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A aluna foi nomeada com nome fictício de Ana Beatriz, Natural de Costa Rica, MS, manifestou a deficiência na idade escolar, no momento em que começou a perceber que não estava enxergando bem as tarefas no quadro.

Em 1969 foi matriculada na 1ª série do ensino fundamental e, aproximando o final do 2º semestre, a professora percebeu que a aluna apresentava dificuldades para enxergar o que estava escrito no quadro-negro. A partir desse momento foi convidada a sentar mais próximo do quadro, para visualizar melhor o que a professora escrevia. Assim, cursou normalmente a primeira fase do ensino fundamental.

Tão logo percebeu a deficiência visual da aluna, sugeriu-se uma consulta ao oftalmologista, que realizou vários exames, diagnosticando-a com alto grau de miopia, a partir de então passou a usar óculos e teve acompanhamento oftalmológico periodicamente, em razão do aumento gradativo do grau com o passar dos anos. Como a miopia da aluna é progressiva, mesmo com acompanhamento oftalmológico, o grau de deficiência visual foi aumentando. E mesmo com o problema de visão continuou frequentando a escola, porém, com maiores dificuldades.

O primeiro problema enfrentado na escola foi o alto grau; ela já começou usando uma lente com 8º graus. Os colegas a apelidaram de “fundo de garrafa”, sofreu bullying por parte deles, que a chamavam de “quatro olhos”, mas como estava enxergando melhor não deu muita importância ao apelido. Continuou firme, estudando e conseguindo aprender, mesmo sem enxergar direito.

Ao concluir o ensino primário, passou pelo processo de seleção da época, o famoso exame de admissão, um verdadeiro vestibular. Naquela época o ingresso no antigo ginásio, hoje 2ª fase do Ensino Fundamental, estava condicionado à aprovação nos exames de admissão, realizados ao final da 4ª série primária; e a aluna foi aprovada.

Inicia-se uma segunda etapa escolar na sua vida, agora mais desafiadora e difícil. No ensino primário eram menos disciplinas, ministradas por um único professor. No ginásio, bem diferente, várias disciplinas, inclusive uma de língua estrangeira. E as disciplinas eram ministradas por professores diferentes.

E agora quais seriam as estratégias a serem adotadas, para enfrentar os problemas que viriam na escola? A aluna escolheu um ponto estratégico para sentar e esse ponto possibilitaria copiar todo o conteúdo do quadro. Alguns professores eram mais compreensivos e, além de escreverem no quadro, iam ditando o que facilitava a compreensão do conteúdo e o registro no caderno.

A sua maior dificuldade no ginásio estava na leitura de livros, uma vez que enxergava cada vez menos. Quando forçava a leitura sentia muita dor de cabeça e cansaço visual. Então para conseguir ler os livros, lia algumas páginas e interrompia a leitura para descansar e assim demorava mais para fazer todas as leituras exigidas.

Naquela época adotava-se como método de ensino a memorização, exigindo muita leitura em livros. O professor passava todo o conteúdo no quadro, os alunos copiavam no caderno. As provas eram de perguntas e respostas. A aluna ia se adaptando com a baixa visão e aprendeu a conviver com a deficiência. Tinha boas notas e não repetiu nenhum ano.

Concluída essa segunda etapa, chegou o momento de enfrentar o ensino de segundo grau, atual ensino médio. Na época funcionavam cursos técnicos, como: Técnico em Contabilidade, Técnico em Magistério, Técnico em Agricultura e Técnico em Enfermagem, dentre outros. Esses cursos funcionavam no turno matutino e

noturno. O antigo clássico era o curso destinado àqueles alunos que pretendiam ingressar no Ensino Superior, os demais preparavam para o trabalho.

Como sua família morava na zona rural, essa convivência com a agricultura levou a aluna a optar por fazer o curso técnico em agricultura, e no período letivo vinha para a cidade estudar. Quando terminou o ensino médio já estava morando definitivamente na cidade e, logo no ano seguinte, em 1981, fez concurso em uma cooperativa agropecuária, foi aprovada e começou a trabalhar.

Em relação ao trabalho, segundo ela, passou por vários departamentos, conseguia desenvolver bem as tarefas, até que um dia, em 2000, já com grande dificuldade para enxergar, foi diagnosticado no olho direito o fundo do olho característico do alto míope sem alteração patológicas, e no olho esquerdo a degeneração miópica da retina com hemorragia macular. A partir de então, a sua visão não permitiu que continuasse fazendo o trabalho que fazia antes. O seu chefe lhe deu todo apoio e estava disposto arrumar um serviço que ela pudesse fazer, mas como não dependia só dele foi afastada.

A sua acuidade visual na época chegou a atingir 0,15 OE e 0,05 OD. Após consultas com vários profissionais nos grandes centros, a resposta sempre foi a mesma, “o seu caso não resta nada mais a fazer, você deve aprender a conviver com essa deficiência”. Então passou a ter uma nova vida, mas consciente de que viver nesta condição não significa ser incapaz.

Talvez se na época as políticas públicas tivessem em vigor a aluna não tivesse que abandonar o trabalho. Uma pessoa esforçada, inteligente, dedicada, que mesmo com uma deficiência visual progressiva, foi enfrentando os desafios. A sua saída do trabalho se deu por complicações na sua visão que diminuiu ainda mais.

Em conversa com uma pedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado, ela sugeriu e proporcionou sua ida a Goiânia a fim de passar por avaliação para identificar quais os recursos tecnológicos e adaptações que poderiam ajudar a manter suas funções independentes em casa, na comunidade ou na escola. O recurso mais apropriado indicado para o seu caso foi aprender o sistema braille, uma linguagem específica para pessoas com dificuldades visuais ou totalmente cegas.

Com o intuito de aprender a ler e escrever em braille, ela seguiu para Campinas, São Paulo, e matriculou-se no Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. Lá ela frequentou o curso por um período de um ano, convivendo com outras pessoas com deficiência visual e, além de aprender o sistema braille, frequentou aulas de informática, capoeira, kung fu, dança e teatro. Os esportes, além de aumentar sua resistência física, ajudaram-lhe no equilíbrio e autodefesa. Além disso, ela fez também, terapia ocupacional, a fim de melhorar a mobilidade

interna e externa e aprender a fazer trabalhos manuais.

De volta a sua cidade, passou a prestar serviço voluntário na Escola Especial – APAE. Foi ali que percebeu que para ensinar o braille teria que estar preparada para lidar com todas as pessoas com deficiência que frequentam a APAE. Sentiu a necessidade de dar continuidade aos seus estudos, ingressando no Ensino Superior, e o curso escolhido foi o de Pedagogia, acreditando que estaria se preparando melhor para lidar com crianças, jovens e adultos, sejam eles com deficiência ou não.

O seu ingresso no Curso de Pedagogia aconteceu por meio de processo seletivo via análise de currículo. Iniciou o curso no segundo semestre de 2013. A primeira reação da aluna foi de medo, insegurança, dúvidas e algumas vezes até de desespero diante das novas descobertas e dificuldades.

As dificuldades foram aparecendo e, em alguns momentos, chegou a ter vontade de desistir. Porém, amparada pela família e buscando força e consolo em Deus, foi vencendo etapa por etapa; e decidiu seguir em frente até a reta final do curso, com três anos de estudo.

6 | A EXPERIÊNCIA DE UMA ALUNA ESPECIAL, DEFICIENTE VISUAL “MIOPIA PROGRESSIVA” NO ENSINO SUPERIOR: UM DIREITO QUE DEVE SER ASSEGURADO

A primeira semana na faculdade realizou-se mediante o primeiro obstáculo: o desconhecimento total do espaço na Instituição. “Ninguém se preocupou em me apresentar o espaço onde ia estudar e os outros espaços como: Biblioteca, banheiros, bebedouros, cantina, pátio, contabilidade, secretaria”. Ressalta que: “É interessante ver e conviver com as pessoas que enxergam; elas parecem não entender as dificuldades das pessoas com deficiência visual, agem com indiferença, talvez por falta de conhecimento”.

Diante do desconhecido, por iniciativa própria, iniciou o processo de reconhecimento dos espaços com os quais deveria familiarizar, este seria o seu espaço de aprendizagem nos próximos três anos. Conta ela: “No primeiro dia de aula, cheguei na recepção e fui chamada para ir para a sala. Eu fui seguindo a funcionária e, ao sair na porta, como não conhecia o local e não tinha corrimão, eu atravessei direto, quase cai; depois fui entender que deveria ter virado para direita ou esquerda para descer pelo degrau. Foi o primeiro reconhecimento do lugar”.

Essa não foi a única vez que ela enfrentou tais dificuldades. “Outro episódio foi relacionado ao banheiro: a porta de acesso ao banheiro estava fechada e, ao entrar, não percebi; acabei trombando nela”. Outro fato importante diz respeito às mudanças constantes dos espaços da sala de aula. A sala de aula não era fixa e cada vez que mudava de lugar era uma nova dificuldade e um novo desafio a vencer. Aos poucos foi reconhecendo os outros espaços e blocos, foi perdendo o medo e

ganhando espaço a cada dia. Ir para a faculdade assistir as aulas era outro desafio, pegava carona com alguém, chegava mais cedo e aproveitava para reconhecer os espaços em que a aula aconteceria a cada dia.

Considera que foi bem acolhida em sala de aula pelos professores, alguns mais atenciosos e cuidadosos, já outros a tratavam com indiferença. Na primeira fase teve muita dificuldade em acompanhar a disciplina de Informática. Foi instalado no seu computador o leitor de tela “Non Visual Desktop Access” NVDA. Mesmo assim não conseguia acompanhar as aulas, tinha dificuldade em ouvir a professora e prestar a atenção ao leitor de tela, e ainda não deixar as conversas paralelas tirar a sua concentração.

A estratégia utilizada para superar tais dificuldades consistiu no estudo em casa, onde ela tentava colocar em prática o que a professora orientava em sala de aula com o próprio esforço. Uma pessoa que nasce cega cresce se adaptando com sua realidade, desenvolve outros sentidos como a audição e o tato, ao contrário da pessoa que perde a visão, como foi o caso dessa aluna.

O estágio foi outro momento de grande desafio para a aluna. No período em que iniciou o estágio teve que aprender a perder o medo de andar de moto taxi, pois precisava ir às escolas e este é o transporte mais barato. Algumas vezes foi deixada em lugar errado mas soube resolver a situação sozinha. Foi muito bem recebida pelas escolas, professores. Em momento algum pediu tratamento especial, e conseguiu chegar ao final com os objetivos propostos alcançados.

O último desafio dessa aluna foi concluir o seu TCC e apresentá-lo. Conseguiu construí-lo com a ajuda da orientadora e da sua irmã. Transcrevendo suas ideias para o papel, conseguiu concluir seu trabalho, apresentá-lo publicamente em uma banca e posteriormente, com sucesso, publicá-lo em forma de artigo.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fundamentado num referencial teórico e no relato de experiência de uma aluna com deficiência visual causada por uma miopia progressiva, que vai se intensificando à medida que a pessoa vai aumentando a idade, pode-se concluir que o maior desafio diz respeito à tarefa de incluir a pessoa com deficiência visual no ensino regular, desde a educação infantil ao ensino superior, garantindo-lhe a mesma oportunidade de acesso ao conhecimento e à possibilidade de ser reconhecida, respeitada e estimulada desde cedo a desenvolver suas potencialidades.

A ideia deste trabalho constou de um relato de experiência narrado por outra pessoa para relatar as experiências de uma aluna com um tipo de deficiência visual, que descobriu tal deficiência ainda no ensino primário e buscou tratamento,

sem contudo ter encontrando a cura, devido ao fato de se tratar de uma miopia progressiva, que se agrava à medida que o tempo vai passando.

Mesmo diante de tantas dificuldades, venceu todas as etapas de ensino, superando cada desafio encontrado com muita dedicação e motivada pela família. Ao chegar ao Ensino Superior sentiu a falta de apoio da Instituição, de alguns colegas e professores, solicitou professor de apoio e conseguiu por um pequeno tempo. Ressalta que a Instituição, os alunos e professores precisam aprender a lidar com os alunos com deficiência, pois existem políticas que garantem os direitos das pessoas com necessidades específicas.

Há pouco tempo essas pessoas sequer tinham o direito de ser recebidas pelas escolas, mas a partir de 1996 os direitos das pessoas com deficiência passaram a ser garantidos em lei e devem ser respeitados pela sociedade, bem como pelas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **A importância da Literatura como Elemento de Construção do Imaginário da Criança com Deficiência Visual**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.
- BRASIL, Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em 20 de fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Revista Inclusão. V.4, nº1, janeiro/junho, 2008.
- CHAVES, Fernando Edi; FALKENBACH, Atos Prinz; NUNES, Dileni Penna; NASCIMENTO, Vanessa Flores do. **A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil**. Revista Movimento, v.13, nº. 02, p. 37-53, Porto Alegre, maio/agosto de 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 20 de agosto de 2015.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Ana Raquel Borges. **Alta Miopia**. Covilhã: 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11491/1/Dissertacao_Ana_Neves.pdf>. Acessado em 20 de jan. 2016.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. Percepção, Ação e Conhecimento nas Crianças Cegas. In. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Cap. 12, p. 183-197.

PEREIRA, Fernando Marques. **A Deficiência Visual no Ensino Regular**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium28/8.htm>>. Acessado em 18 de jan. 2016.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Miriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Visual. São Paulo: SEESP/MEC, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolução 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 